

Governo vai pagar parte do salário de trabalhadores em cidades afetadas

Medida foi anunciada na quarta visita do presidente ao Estado desde a tragédia e expectativa é alcançar até 434 mil pessoas



Antes dos anúncios, Lula percorreu áreas devastadas de Arroio do Meio (foto) e Cruzeiro do Sul

ANDRÉ MALINOSKI
andre.malinowski@zerohora.com.br
Cruzeiro do Sul

Na quarta visita ao Rio Grande do Sul desde a enchente de maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, no Vale do Taquari, um programa com o objetivo de preservar empregos no Estado. Em modelo semelhante ao adotado durante a pandemia, o governo federal vai pagar parte dos salários dos funcionários de empresas em regiões atingidas.

Conforme o anúncio, serão pagas duas parcelas de salário mínimo (R\$ 1.412 cada parcela). Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, serão contemplados os trabalhadores dos municípios que fazem parte da "mancha de inundação".

A expectativa é beneficiar cerca de 434 mil trabalhadores. Serão alcançados pelo programa empregados em regime CLT (326 mil), domésticos (42 mil), estagiários (36 mil), pescadores artesanais (27 mil) e catadores cooperados (3,5 mil).

A primeira parcela deve ser liberada no mês de julho. Como contrapartida, as empresas que aderirem deverão manter os empregos por mais dois meses, totalizando uma estabilidade de quatro meses.

O investimento será de cerca de R\$ 1,2 bilhão, e a medida deve ser implantada por meio de medida provisória.

Na quarta-feira, o governador Eduardo Leite havia pedido a Lula a criação de programa voltado a proteger empregos. A medida também era reivindicada por entidades empresariais – que, no entanto, também esperavam possibilidade de suspensão temporária de contratos e redução de jornada e salários.

As outras medidas provisórias anunciadas autorizam a inclusão de mais municípios na lista de habilitados para o recebimento do Auxílio Reconstrução e a ampliação do número de cidades que receberão parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A comitiva chegou por volta das 11h10min em Cruzeiro do Sul, uma das cidades mais atingidas pela enchente. No município, o presidente e os ministros visitaram o bairro Passo de Estrela, onde 650 moradias foram destruídas, conduzidos pelo prefeito João Henrique Dullius.

Lula cumprimentou algumas famílias e circulou em meio aos destroços. Na cidade de 11 mil habitantes, ainda há 5.702 desalojados, quase 2 mil moradores afetados e 17 mortes confirmadas. Outras sete estão desaparecidas.

Segurança

De lá, a comitiva presidencial seguiu para Arroio do Meio, onde também percorreu áreas afetadas e depois fez os anúncios no Esporte Clube Rui Barbosa, no bairro Rui Barbosa.

Em sua fala, Lula reiterou a importância de que a reconstrução das estruturas perdidas durante a enchente ocorra em locais protegidos contra cheias.

As demais ações

AMPLIAÇÃO DO AUXÍLIO RECONSTRUÇÃO

• Serão incluídos mais 76 municípios entre os habilitados para o recebimento do Auxílio Reconstrução de R\$ 5,1 mil.

• De acordo com o ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, até o momento, foram aprovados 161 mil bônus. A previsão é que, nas próximas duas semanas, o benefício atinja 240 mil famílias.

– As regiões mais aglomeradas, mais densas, já foram alcançadas. Agora, a gente tem de refinar isso para chegar aos locais mais distantes – disse Góes.

AMPLIAÇÃO DA PARCELA EXTRA A PREFEITURAS

• A parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) será destinada a mais 49 municípios que se encontram em calamidade. Serão liberados cerca de R\$ 124 milhões. Com isso, 96 municípios terão a parcela extra em suas receitas – no total, cerca de R\$ 313 milhões.

– A lição que a gente tira disso é que a gente vai ter de fazer as coisas com mais responsabilidade e com mais cuidado. Não temos o direito de fazer a casa das pessoas aonde a água vai chegar. E qualquer cidadão humano, de inteligência média, sabe que a várzea é o local de escoamento do excesso de água de um rio – disse Lula, acrescentando que, se necessário, o governo irá comprar terrenos para construir habitações.

O presidente afirmou que o plano, que ainda tem que ser acertado com prefeitos e chefes estaduais, é fazer "casas mais seguras para as pessoas".

– Para que a gente tenha certeza que pode ter outro problema climático, de cair a Lua em nós, mas que a gente não vai ser mais vítima das enchentes do Rio Taquari, do não funcionamento das bombas, dos diques de Porto Alegre – pontuou.

Segundo o presidente, os lugares que foram atingidos pelas águas poderão ser transformados em bosques e praças.

Estudo para levar água de rios ao mar

No discurso em Arroio do Meio, Lula também afirmou que o governo federal irá discutir projeto para levar o excesso das águas dos rios do Rio Grande do Sul para o mar sem atingir as cidades da Região Metropolitana.

O presidente reconheceu que a ideia pode ser contestada por ambientalistas e ser alvo de questionamentos devido ao custo, mas alegou que a despesa da reconstrução quando há uma tragédia como a de maio é maior:

– Vão me dizer que custa caro. Vão me dizer que os ambientalistas vão ser contra. Mas também, desde 1846, dom Pedro II queria construir a transposição do São Francisco. E nunca deixaram ele construir. Eu fui construir quase 150 anos depois. Agora, as pessoas falam que custa muito. A minha pergunta é quanto custou não construir no tempo que ele queria construir? Quantas mortes ele teria evitado por conta da seca?

Melo pede R\$ 12,3 bi

PAULO EGÍDIO
paulo.egidio@zerohora.com.br

Antes de embarcar para o Vale do Taquari, Lula recebeu, na base aérea de Canoas, um ofício do prefeito Sebastião Melo com pedido de aporte federal de R\$ 12,3 bilhões para a recuperação de Porto Alegre.

Do montante, R\$ 5,5 bilhões seriam para investimentos em habitação, que são de responsabilidade da União, e outros R\$ 6,8 bilhões para a reconstrução da infraestrutura danificada, melhoria no sistema de proteção contra enchentes e a recomposição do que a Capital perderá com a queda na arrecadação de impostos.

O valor solicitado é maior do que o orçamento de um ano inteiro da prefeitura. Para 2024, a projeção de arrecadação da lei orçamentária era de R\$ 11,45 bi.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 6